

VALE DO RIBEIRA: o rei dos palmitos - uma solução ecológica

Salomão Schattan¹
Alzira Pacheco Lomba Kotona²

1 - INTRODUÇÃO

A região do Vale do Ribeira vem atravessando época de graves dificuldades na área agrícola, com a queda das monoculturas tradicionais. Na área do chá, quase todas as agro-indústrias foram desativadas, provocando, pela primeira vez, situação de desemprego na zona rural. A queda do preço da banana e o aumento da concorrência de outras regiões produtoras agravam ainda mais a situação.

Nessas condições, não é de se estranhar o aumento de crimes e contravenções na área florestal, uma vez que a legislação de proteção ambiental, cerceando o direito de propriedade (embora fundada em valores sociais e morais relevantes), dificulta ainda mais a exploração agrícola na região.

O que poucos sabem é que, paralelamente a sua excelente posição como produtor de café, soja, suco de laranja ou frangos de corte, o Brasil detém o título de maior produtor mundial de palmito, respondendo por 85% de todo o palmito comercializado no exterior.

Embora os preços internacionais venham crescendo continuamente - foram de US\$3,13, US\$3,34 e US\$4,85 por quilo, respectivamente em 1993, 1994 e 1995 - as exportações vêm declinando, caindo, no mesmo período, de 11 mil para 6 mil toneladas/ano. No mercado interno, os preços atingiram em 1996 US\$10,00 no atacado e US\$18,80 no varejo, por quilo do produto.

Atualmente, 90% da produção de palmito do País se refere ao **açaí** do baixo Amazonas e 10% à **juçara** do Sul do País, especialmente Paraná, Santa Catarina e São Paulo (neste último, leia-se Vale do Ribeira). Tanto num caso como noutro, a produção provém da extração predatória, com sérios reflexos negativos tanto

sobre a floresta amazônica como, principalmente, sobre as últimas e escassas reservas da Mata Atlântica. Propriedades privadas, áreas devolutas, terras públicas, todas compartilham de igual forma do vandalismo contra a **juçara**, de grande importância no ecossistema da Mata Atlântica, onde suas sementes alimentam toda uma cadeia de vida animal (inclusive o homem).

Ocorre que pequenos empresários, da região ou de fora dela, arregimentam os pobres da periferia das cidades ribeiranas, pressionados pelo desemprego na zona rural, transformando-os em "palmiteiros" ocasionais, dedicando-se a furto o palmito onde quer que ele esteja, estabelecendo a *lei da terra arrasada*. Entram na mata e cortam indiscriminadamente, do "pé-de-cabrito" ao porta-sementes, destruindo o ciclo natural de regeneração. A punição legal raramente chega a atingir os mandantes de tais ações, que permanecem impunes e anônimos, caindo o peso da justiça sobre o executor da ação.

2 - SOLUÇÕES SÃO POSSÍVEIS

A indústria do turismo e do lazer é encarada como a grande perspectiva econômica da região do Vale do Ribeira, que abriga boa parte da Mata Atlântica sobrevivente no País ao lado de imensas belezas naturais. Na total ausência de um mínimo de infra-estrutura, entretanto, tais atividades teriam que ser criadas do nada, constituindo soluções de médio e longo prazo.

O Vale do Ribeira é considerado a região mais pobre do Estado de São Paulo, tendo a agricultura como atividade predominante, abrangendo seus centros urbanos apenas o pequeno comércio, prestação de serviços e raríssimas indústrias, quase todas de pequeno porte, não oferecendo perspectivas para um rápido crescimento do setor mão-de-obra.

Na agricultura, sucessivas tentativas de abrir novos caminhos desembocaram em impasse, seja depois de curto período de expansão e

¹Pesquisador Aposentado do Instituto de Economia Agrícola.

²Advogada, Registro, São Paulo.

brilho, como no caso da banana, chá, piscicultura e arroz moti, seja antes mesmo de se firmarem, caso da seringueira e do cacau. Em consequência, a renda regional continua estagnada e sem perspectivas a curto prazo, não fosse a crise nacional do palmito.

Uma nova solução se desenha agora com a perspectiva do cultivo da **pupunha**, palmeira originária da região amazônica, que oferece grandes vantagens na produção de palmito.

Enquanto a **juçara** se desenvolve na mata, demorando oito anos para produzir um único palmito e extinguindo-se ao ser cortada, a **pupunha** é cultivada a pleno sol, iniciando a produção aos 18 meses e perfilhando nova planta a cada 8 a 12 meses.

Nos Institutos de Pesquisa Agrícola do País, em especial no Instituto Agrônomo, de Campinas (IAC), equipes de pesquisadores estudam e experimentam há mais de 20 anos as técnicas para o cultivo da pupunha, sendo que o IAC já desenvolveu um “pacote tecnológico” que garante o sucesso da cultura quando corretamente aplicado.

Embora já se desenhe, por parte de grandes ou médios empresários, o interesse pelo cultivo da pupunha na região, estando a cultura em desenvolvimento através de seus projetos, seria importante para o Vale incorporar a esse movimento um número apreciável de pequenos produtores.

A cultura, para ser bem-sucedida, exige dedicação e observância estrita das recomendações tecnológicas, mas estas nada incluem de extraordinário, que não possam ser bem cumpridas pelos pequenos produtores de chá e banana, atualmente em crise. Algo parecido já foi feito no Sul do País, modernizando e viabilizando a produção de fumo, frango e porco.

Entre as mais de 5.500 propriedades com menos de 50 hectares existentes no Vale, não seria impossível arregimentar e treinar 2 ou 2,5 mil pequenos produtores, em condições de implantar 2,00 a 5,00ha de pupunha cada um, nos próximos três anos.

Em 5 mil hectares, a produção esperada seria de cerca de 5 mil toneladas de palmito de primeira e igual quantidade de mercadoria de segunda, a serem encaminhadas aos mercados externo e interno. Aos preços atuais, os resultados constituiriam certamente a solução tão procurada para o Vale.

Para a implantação desse projeto, deverão ser resolvidos dois problemas, um de ordem técnica e outro de ordem financeira: a constituição de uma equipe de auxiliares, capaz de orientar os sítiantes na condução da cultura, garantindo a perfeita aplicação do **pacote tecnológico** e a obtenção de fundos para financiar despesas que ascendem a US\$7 mil por hectare, para os três primeiros anos da cultura.

Considerando o interesse do Governo do Estado de São Paulo, pode-se sonhar em conseguir que o BNDES desenvolva um plano especial para o Vale do Ribeira, semelhante ao que foi feito para regiões carentes do Rio Grande do Sul. Não se trata aqui de doações ou auxílio a fundo perdido, mas de aplicação de recursos com excelente perspectiva econômica.

Para viabilizar esse empreendimento de redenção econômica do Vale do Ribeira, será necessário tratar ainda da industrialização e comercialização do produto na própria região. Se se quiser que os frutos do projeto tragam o máximo de benefícios ao Vale, será preciso encontrar a forma de associar os produtores do palmito à sua industrialização, evitando que o “filé mignon” do negócio da pupunha caia em mãos de especuladores sem qualquer benefício de monta para os produtores.